



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

**INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA
AGRÁRIA**

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANNE GABRIELA DE ARAUJO COSTA

COMUNIDADE RIBEIRINHA:

**IMPACTO CULTURAL, SOCIAL E ECONÔMICA CAUSADOS PELA
HIDROELÉTRICA DE SAMUEL EM CANDEIAS DE JAMARI - RONDÔNIA.**

VERANÓPOLIS – RS

2017

ANNE GABRIELA DE ARAUJO COSTA

COMUNIDADE RIBEIRINHA:

**IMPACTO CULTURAL, SOCIAL E ECONÔMICA CAUSADOS PELA
HIDROELÉTRICA DE SAMUEL EM CANDEIAS DE JAMARI - RONDÔNIA.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de
grau de licenciado em História da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Neves da Silva

VERANÓPOLIS – RS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Costa, Anne Gabriela de Araujo
COMUNIDADE RIBEIRINHA: IMPACTO CULTURAL, SOCIAL E
ECONÔMICA CAUSADOS PELA HIDROELÉTRICA DE SAMUEL EM
CANDEIAS DE JAMARI - RONDÔNIA./ Anne Gabriela de Araujo
Costa. -- 2017.
55 f.:il.

Orientador: Emerson Neves da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História , Erechim, RS , 2017.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS GRANDES OBRAS
DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICAS NA ÚLTIMA DÉCADA DA
DITADURA MILITAR..... 2. DE QUE FORMA FOI CONSTRUÍDA A
BARRAGEM DE SAMUEL E SUAS IMPLICAÇÕES. 3. CONSEQUÊNCIAS
SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA SOBRE AS MARGENS
DO RIO JAMARI. I. Silva, Emerson Neves da, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANNE GABRIELA DE ARAUJO COSTA

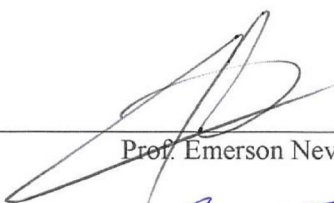
“COMUNIDADE RIBEIRINHA: TRANSMUTAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E ECONÔMICA
CAUSADOS PELA HIDROELÉTRICA DE SAMUEL EM CANDEIAS DO JAMAË
RONDÔNIA”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Emerson Neves da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 25/11/20


Banca examinadora:



Prof. Emerson Neves da Silva



Prof. Luiz Henrique Gomes de Moura



Prof. Rafael Júnior Motter

AGRADECIMENTO

“Ninguém escapa do sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objecto singular, um amigo- é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda!” (Antonie de Saint-Exupéry)

Não há palavras para agradecer as várias pessoas que foram importantíssimas no fortalecimento e suporte para a permanência minha e de toda a turma. Agradeço aos parentes e amigos por terem me apoiado e incentivando para que eu entrasse no curso e continuasse com os estudos.

Aos professores que se dedicaram e nos deram a oportunidade de termos uma formação que realmente fez a diferença, agradeço também ao meu orientador e aos vários companheiros por contribuir incondicionalmente nesta pesquisa.

À Comissão Pastoral da Terra-RO, pela importante contribuição a pesquisa. Aos militantes do MAB-RO pela disponibilidade de informações.

Aos companheiros combatentes incondicionais das injustiças cometidas contra os trabalhadores e trabalhadoras, pela gentileza em conceder a entrevista para esse trabalho.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e apoiadores pela conquista desse curso com tanta relevância para a formação dos jovens trabalhadores e trabalhadoras do campo, como sabemos, este curso não foi um privilégio mais sim, o esforço de muita luta e persistência.

RESUMO

O presente trabalho tem como pressuposto resaltar impactos sociocultural e econômico causada as comunidades ribeirinhas pela implantação da usina hidroelétrica de Samuel em Rondônia, a partir do ano de 1982 localizada no município de Candeias do Jamari, Porto Velho-RO. Este processo ocorre devido aos projetos de emancipação e industrialização forjada para o Brasil no período da ditadura civil militar, os supostos avanços ganham dimensões e passam a ser gerenciados por grandes multinacionais que buscam não só energia subsidiada, como também a extração dos recursos naturais da região amazônica. A disputa por essa região passa a ser o principal foco das multinacionais, pois se sabe que os lucros obtidos são grandiosos e à medida que há uma apropriação destes recursos certamente ficam sobre domínio dos grupos internacionais, assim, a população também se torna sujeita à ordem dominante. As comunidades ribeirinhas são as principais atingidas e ainda hoje fazem lutas contra o hidronegócio para obter estruturas básicas como energia elétrica. Para realização deste trabalho recorreremos à pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo através da observação e entrevistas semiestruturadas e também o uso de fotografias. Com base na pesquisa concluímos que o projeto montado pelo sistema capitalista provocou impactos profundos ao retirar forçadamente a moradia, o trabalho e a cultura dos povos próximos à construção da barragem, e aos poucos os moradores que ainda resistem vem perdendo sua identidade e sua história ficando em uma condição sub-humana.

Palavras-chave: Hidroelétrica Samuel. Hidronegócio. Comunidades ribeirinhas.

Resumen

El presente trabajo tiene como propósito resaltar la transformación sociopolítica y cultural causada sobre las comunidades ribereñas por la implantación de la usina hidroeléctrica de Samuel en el municipio de Candeias do Jamari, Porto Velho, Rondônia, a partir del año 1982. Este proceso ocurre debido a los proyectos de emancipación e industrialización forjada en Brasil en el período de la dictadura civil y militar, los supuestos avances adquieren dimensiones y pasan a ser gerenciados por grandes multinacionales que no solo buscan energía subsidiada, sino también la extracción de los recursos naturales de la región amazónica. La disputa por esta región pasa a ser el principal foco de las multinacionales, pues se sabe que las ganancias obtenidas son grandiosas y, en la medida en que hay una apropiación de estos recursos, ciertamente quedan bajo dominio de los grupos internacionales, de manera que la población también queda sujeta al orden dominante. Las comunidades ribereñas son las principales afectadas y aún hoy realizan luchas contra el hidronegocio para obtener estructuras básicas como energía eléctrica. Para la realización de este trabajo emplearemos la investigación bibliográfica, la investigación de campo a través de la observación y entrevistas semiestructuradas y también el uso de fotografías. En base a la investigación concluimos que el proyecto montado por el sistema capitalista provocó impactos profundos al retirar de manera forzosa la vivienda, el trabajo y la cultura de los pueblos próximos a la construcción de la represa, y los pocos pobladores que aún resisten, atraviesan un proceso de pérdida de su identidad y de su historia, que resulta en una condición subhumana.

Palavras clave: Hidroeléctrica Samuel. Hidronegocio. Comunidades ribereñas.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- < objetos de látex >.....	22
Fotografia 2 - < maquete de Samuel >.....	26
Fotografia 3- < Mapa localizando a barragem de Samuel.....	29
Fotografia 4 - < início da obra de Samuel >.....	30
Fotografia 5 - < foto aérea antes da barragem >	38
Fotografia 6 - < Barragem se Samuel >	38
Fotografia 7 - < foto aérea antes da construção da barragem >	43

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICAS NA ÚLTIMA DÉCADA DA DITADURA MILITAR.....	12
3.	DE QUE FORMA FOI CONSTRUÍDA A BARRAGEM DE SAMUEL E SUAS IMPLICAÇÕES.....	24
3.1	IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL.....	32
3.2	PROJETOS POLÍTICOS DO ESTADO.....	34
4.	CONSEQUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA SOBRE AS MARGENS DO RIO JAMARI.....	37
4.1	LUTAS E RESISTÊNCIA.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
6.	BIBLIOGRAFIA.....	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os impactos sociocultural e econômico sobre uma das comunidades ribeirinhas, causadas pela construção da hidroelétrica de Samuel. De outra parte, aponta os projetos montados vistos como avanços de desenvolvimento do país que invisibiliza as mudanças socioculturais estabelecidas aos atingidos e atingidas pelo processo de barragem da usina, como ocorreu com os ribeirinhos próximos às margens do rio Jamari em Rondônia.

Diante disto buscamos problematizar a história destes povos impactados pelos grandes projetos do capitalismo, apontando também os desastres ambientais gerados, assim como os processos de lutas e resistências dos atingidos e atingidas. Os avanços do hidronegócio na Amazônia em especial no estado de Rondônia é uma das maiores base de sustentação do sistema capitalista, as implantações de hidroelétricas tornou-se uma das ferramentas principais da acumulação de capital.

Busca-se analisar a história destes povos impactados pelos grandes projetos do capitalismo, apontando também os desastres ambientais gerados, assim como os processos de lutas e resistências dos atingidos e atingidas.

O texto possui três capítulos, o primeiro capítulo destaca uma breve contextualização histórica das grandes obras de infraestrutura energéticas na última década da ditadura militar. Diante da formação social existente no estado de Rondônia, percebe-se que sua construção histórica ocorre pelo modelo de dominação mundial capitalista. Este sistema ganha resistência no período da ditadura civil militar (1964 e 1985). Nesse período o Brasil vivenciava uma imposição e repressão social assim como um avanço do capital estrangeiro, em que os Estados Unidos teve grande participação na implementação da ditadura militar.

A influência estadunidense exige um modelo de governo que tinha como objetivo, o controle e fortalecimento do Estado capitalista, desenvolvendo assim, investimentos de infraestrutura para abastecer o mercado mundial, na consolidação de produção para exportação e acumulação de capital. O país avança no processo de modernização e passa a necessitar cada vez mais de energia elétrica para aumentar a demanda de produção industrial.

O sistema capitalista utiliza este período ditatorial para ampliar a influência do capital no norte do país. Desta forma, Rondônia, como outras regiões da Amazônia,

passa a servir de interesse do capital internacional, aumentando a expansão territorial, extração dos recursos naturais provocando um fluxo migratório, gerado pela necessidade de industrialização e urbanização.

Desta forma, muitas famílias de agricultores e agricultoras principalmente do nordeste eram levadas à região norte do país, visando colonizar a Amazônia, que representava um grande potencial econômico. Aos poucos, a Amazônia foi tornando-se uma região cobiçada por sua diversidade de riquezas. Os rios passaram a ser controlados com a função do escoamento da produção e se intensificaram com a geração de energia elétrica. As empresas transnacionais dominavam as águas dos rios, utilizavam as cachoeiras para construir usinas hidrelétricas sabendo que a energia gerada serviria para abastecer países que não tinham condições de gerá-la como, por exemplo, os Estados Unidos.

O segundo capítulo aponta de que forma foi construída a barragem e suas implicações. Para obter-se o “desenvolvimento” da região, desenharam-se projetos diversos, incluindo a construção da primeira hidroelétrica que proporcionaria “modernidade ao Estado”. A usina hidrelétrica de Samuel construída sobre o Rio Jamari, próximo à cidade de Porto Velho (capital do estado), tem seus primeiros projetos montados em 1982. A finalização deixa um vasto território de matas nativas inundadas, colocando em extinção e destruindo o bioma.

Para além da destruição das florestas e da alteração do curso das águas que provocou extinção de espécies de peixes principalmente, e os sistemas de plantios agrícolas, a hidrelétrica trouxe impactos sociais para as comunidades ribeirinhas e indígenas. Nesse sentido modificou por completo sua maneira de viver na floresta, alterando também sua cultura. Ironicamente algumas destas famílias ainda hoje fazem lutas para obter o direito à energia elétrica em suas comunidades, assim como o direito à posse da terra. As políticas de compensação prometidas não chegaram para esses povos.

Por último, terceiro capítulo traz as consequências socioculturais da comunidade ribeirinha sobre as margens do Rio Jamari. Os primeiros moradores que viviam às margens do Rio Jamari eram os indígenas, anos depois constituíram as comunidades ribeirinhas através de uma diversidade étnica, fruto do processo de colonização e “modernização” do estado. Estas comunidades ao se tornarem vítimas da construção da usina hidrelétrica de Samuel foram atingidas diretamente pela expressão devastadora do capital.

O alagamento das barragens provoca perda não só de suas casas, espaço de vivência como também sua cultura e identidade. Boa parte foi obrigada a reorganizar sua vida na chamada Vila Samuel, aproximadamente 50 km de Porto Velho, e a iniciarem o processo de transição sociopolítica e cultural, longe da floresta e do rio, razão da sua existência, passaram a enfrentar uma gama de problemas no novo espaço que não condizia com sua realidade.

O estado não agiu para garantir os direitos das comunidades, ao contrário, agiu na perspectiva da defesa dos interesses do capital.

Diante deste processo imposto pelo Estado, a reconfiguração social que na sua essência refere-se à transformação, mudança de um lugar a outro, foi lançada aos ribeirinhos e comunidades tradicionais e forçadamente tiveram que adaptar a um modelo sócio cultural no qual não referenciava de forma alguma suas origens.

Retomar esse processo a partir da visão daqueles que foram vitimados, ou seja, os “de baixo” constitui-se em um dos objetivos do presente trabalho visa ainda, analisar a atual situação em que se encontram esses sujeitos históricos e refletir sobre como as políticas de compensação oferecidas pelas empresas não só não atendem às necessidades básicas da população envolvida, como contribuem para a perda de costumes e cultura, e o não empoderamento destes sujeitos na permanência de seus territórios.

Há várias formas existente de se escrever a história e percebe-se a necessidade de ter este olhar voltado à inclusão da “história dos de baixo”, ingressar para especificidade social, e lançar à classe opressora a afirmação, como destaca Hobsbawm (2013, p.241). que “todo povo tem História”.

E a história ira continuar sendo negada enquanto houver este sistema de dominação capitalista que só nos oprimem e nos mantém cativos aos seus interesses, no atual momento é mais que necessário poder descobrir quais as ações e interesses deste sistema sobre a classe trabalhadora que eles usam como “massa de manobra” e resgatar a história e os processos de injustiças cometidas com os de “baixo” provoca um despertar de consciência, uma afirmação da sua origem e um rebelamento contra as injustiças e a luta pela transformação social.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICAS NA ÚLTIMA DÉCADA DA DITADURA MILITAR

Durante a ditadura civil militar brasileira (1964-1985) ocorre uma elevada ampliação de projetos ligados ao hidronegócio, o Estado capitalista consubstanciados aos governos ditadores lançam planos de avanços industriais, nesta perspectiva são requeridos abastecimento de energia elétrica para os setores de produção, em meio a este desenvolvimento capitalista inicia-se as construções de usinas hidroelétricas que se expandem principalmente na região norte do país. Estes projetos do âmbito energético surgem para ser aplicados desrespeitando os acordos sociais que dizem respeito ao bem estar da população, e sua forma de garantia de sucesso seria a utilização da “força” para fazer prevalecer os interesses da dominação militarista.

A ditadura civil militar no Brasil foi um período em que o poder político estava sob a égide dos militares, a estrutura governamental em relação à sociedade mantinha-se, através das práticas de repressão, perseguição política, supressão e censura de direitos. O golpe militar foi financiado por agentes dos Estados Unidos, com o objetivo de interromper o processo de reforma agrária lançada pelo governo democrático de João Goulart no ano de 1964.

Em abril do ano citado acima, deu-se o golpe de Estado e também uma era de perseguições aos que rebelassem contra o modelo de governo imposto, as perseguições e prisões à base de torturas eram constates, assim como, a invisibilidade destes fatores. A ditadura foi divulgada como uma “revolução” no qual alavancaria a estrutura sociopolítica do país colocando fim a esquerda brasileira e aos pensamentos comunistas que perpetuavam no período.

A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade. Os vencedores não perderam tempo no desmantelamento da rede de organização em que se apoiava a FMP. Centenas de sindicatos caíram sobre intervenção, às ligas camponesas foram dispersadas e as chamadas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE. (GORENDER, 2014, p. 79).

Nos vinte e um anos de domínio militar, ocorreram diversas mudanças sociais, que interferiram nas conquistas que a classe trabalhadora conquistou no período anterior ao golpe. Entraram em derrocada as lutas pela terra e pela justiça social para por em ação os interesses do Estado, estava explícito que a

acomodação social era um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento do sistema capitalista, no entanto houve várias formas do controle populacional, como por exemplo, a mídia que era um instrumento de manipulação.

Assim como no Brasil outros países da América latina também estavam vivenciando esse mesmo processo, e em todos os modelos ditatoriais tinham influência estadunidense, pois predominava os interesses em manter uma dominação capitalista hegemônica, além de que os países latino-americanos tinham uma riqueza de recursos naturais que gerava cobiça a um país que necessitava de matérias primas e mão de obra barata para fortalecer a sua economia e promover-se como potência mundial.

Se os Estados Unidos nunca estiveram na linha de frente das articulações do golpe militar, como acusavam as esquerdas, também nunca foram meros espectadores da conspiração, como davam a entender na época os governos de ambos os países. Embora o papel norte americano em 1964 não tenha sido determinante, nem por isso foi desprezível (PILAGALLO; OSCAR, 2002, p.107).

Os norte americanos sempre estiveram na linha de comando em relação a aplicação do golpe de Estado, porém, só houve essa abertura porque a elite brasileira necessitava de reafirmar sua posição na escala social que vinha sendo comprometida no governo democrático. As reformas lançadas para a educação, agricultura e indústria, não estavam correspondendo aos interesses da elite, esta, por sua vez, jamais aceitaria espontaneamente um país em vias de rompimento com o poder, pondo fim às desigualdades sociais.

Feita a aliança internacional a burguesia assume o poder com princípios capitalista e particularidade autocrática, ganham seu espaço no Brasil, porém, torna-se dependente do capital estrangeiro. Todos os avanços obtidos são reações de dependência, o processo de modernização que aparentemente representa autonomia do Estado, não passa de vinculação abastecedora dos financiadores do golpe.

Alguns intérpretes do Brasil vão destacar este processo da contrarrevolução burguesa, não necessariamente estão afirmando que houve um processo de revolução socialista, mas que o período em destaque marcava de certa forma, um ascenso na estrutura social. O período da ditadura fortifica a transição do capitalismo competitivo para o monopolista, que proporcionou diversos avanços na

estrutura do país dando visibilidade principalmente no âmbito econômico, social e político.

(...) A elite orgânica dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados foi capaz de assegurar poder econômico e administrativo, objetivamente transformando o aparelho do estado em parte integrante dos interesses monopolistas que controlavam a economia. Os interesses multinacionais e associados foram capazes de controlar a vida política do estado e de forjar sua máquina de acordo com as necessidades do capital monopolista, ocupando os cargos centrais de poder e determinando suas metas procedimentos e meios (...) (DREIFUTSS, 1987, p. 419).

A influência estadunidense impõe um modelo de governo que tinha como objetivo, o controle e fortalecimento do Estado capitalista, desenvolvendo assim, investimentos de infraestrutura para abastecer o mercado mundial, na consolidação de produção para exportação e acumulação de capital. O país avança no processo de modernização e passa a necessitar cada vez mais de energia elétrica para aumentar a demanda de produção industrial. Os grandes investimentos das usinas hidroelétricas surgiam a partir de investimentos financiados por Bancos multilaterais que são instituições financeiras constituídas para emprestar dinheiro aos países em desenvolvimento, tendo como finalidade a proporção de um crescimento econômico.

Tais Bancos são tanto agência de desenvolvimento, como instituições financeiras, sendo os maiores financiadores públicos de desenvolvimento no mundo. Em 1985 os Bancos multilaterais aprovaram 22,2 bilhões de dólares em empréstimos e créditos (empréstimos quase sem juros). Em 1987, somente o Banco mundial aprovou mais de 17 bilhões de dólares em empréstimos e créditos, e, naquele mesmo ano os governos membros do Banco mundial aprovaram um aumento de capital de 75 bilhões de dólares de forma que seus empréstimos totais – vinculados pelos artigos do acordo do Banco numa proporção de um a um ao seu capital – aumentaram automaticamente. dentre os bancos multilaterais o Banco Mundial é de longe o maior (SANTOS e ANDRADE, 1988, p.63).

Estes empréstimos são lançados de acordo com as prioridades dos chamados “empréstimos setoriais”, no setor energético no Brasil há uma alta implementação dos mesmos. Sabendo que estas transferências feitas pelos Bancos Multilaterais sofrem influência tanto no modelo de aplicação deste capital, quanto na política de desenvolvimento do país. Entre os Bancos multilaterais, o Banco Mundial com sede em Washington nos Estados Unidos é o que teve maior interferência política, nos empréstimos realizados aos projetos energéticos, consta-se uma aproximação de 3,5 bilhões de dólares ao hidronegócio no período da ditadura. Como destaca Santos e Andrade (1988, p, 68) “somente o Banco mundial

emprestou cerca de 3,5 bilhões de dólares ao setor energético brasileiro, cerca de 26% de todos os investimentos do Banco mundial no Brasil”.

No início da década de sessenta diante dos investimentos de implementação das usinas hidroelétricas, o Brasil passa a depender dos Bancos Multilaterais. A partir dos escritos citada em 1988 por Santo e Andrade destaca-se que o país tinha no período citado, a capacidade de gerar grande porte de energia elétrica, “algumas estimativas sugerem que até 213,000 MW poderiam ser gerado por aproveitamentos hidroelétricos em todo o país” (1988, p.68).

As Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, sob controle do Governo Federal brasileiro, surge em 1962 e se fortalece nos anos da ditadura como agência controladora das empresas responsáveis pelo setor energético, os contratos dos empréstimos, eram realizados através do “plano diretor” onde o Banco Mundial apontava os critérios para a implementação dos financiamentos.

A Eletrobrás estabelece como diretrizes estratégicas os avanços sobre as inovações energéticas, com a afirmação da responsabilidade e cuidado sobre as questões ambientais e sociais, suas alocações fundamentava-se na implementação de projetos, porém, com medidas de proteção ao meio ambiente aos povos próximos das obras em andamento.

[...] entre as chamadas diretrizes estratégicas do plano diretor da Eletrobrás estabelece como um dos condicionantes-chave a capacidade de adaptação das culturas humanas e o respeito aos valores culturais das comunidades indígenas. (SANTOS e ANDRADE, 1988, p.13).

O setor elétrico responsabiliza pela elaboração do Plano Nacional de energia elétrica (1987-2010) nominada como Plano 2010, na visão militarista este projeto deveria ser ao longo prazo desta forma, estava mais palpável a evolução de energia elétrica que implicaria na garantia de expansão de outros setores econômicos. No período de implantação deste projeto foram avaliadas as fontes energéticas no Brasil sendo que, a hidroeletricidade, apresentou melhores perspectivas e aproveitamento, além de que apresentava um grande potencial disponível a custos inferiores das outras opções.

Com os avanços hidroelétricos fortalece o desenvolvimento de outros setores de produção, desta forma, energia elétrica torna-se um instrumento necessário para o crescimento da economia brasileira e os investimentos de infraestrutura começam a elevar-se. As ações tecnológicas, construções de obras de

grande porte, assim como exportação de matérias primas, crescimento do produto interno bruto (PIB), estes e outros fatores foram o que garantiam de certa forma uma “boa impressão” e legitimação do golpe.

O modelo desenvolvimentista gerado pelo Regime ficou marcado pelas grandiosas obras públicas como a rodovia Transamazônica (BR-230), a ponte Rio-Niterói, as usinas nucleares de Angra, hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Itaipu, e várias outras obras. Os Estados Unidos através de empréstimos de capital e com uma política de créditos fáceis, abriu as portas para investimentos no Brasil, que atualmente tem danos provocados por estes endividamentos, o setor agrícola também recebeu grande parte deste investimento, modificando o modo de produção, assim como os meios de produção.

Nos anos finais da década de 1960 inicia-se a produção industrial na região amazônica, levando à construção de grandes projetos que provocaram uma transformação na estrutura social e ambiental visando o aumento da economia. Alguns programas foram criados para suprir as demandas destes supostos avanços econômicos, evidentemente os programas elaborados pela dominação militarista, e através dos seus discursos nacionalistas pregavam a unificação do país, cogitando desbravar territórios ainda não urbanizados e mantendo a proteção contra a internacionalização.

Foi neste cenário que iniciou a atuação do INCRA. Pelo Decreto-Lei de 1º de abril de 1971, o poder executivo determinou que a faixa de cem quilômetros sobre cada lado das rodovias federais seria objeto de colonização pelo INCRA. Quando este órgão iniciou suas atividades, priorizou a área da BR-364 em Ji-paraná, entre as vilas Ariquemes e Vila Rondônia, atual Ji-paraná, numa faixa de 6 km de cada lado. (PERDIGÃO, BASSEGIO, 1992, p.77)

A criação de alguns órgãos como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) serviam para incentivar atividades lucrativas forjando investimentos do capital nacional e estrangeiro, o INCRA surge logo após a criação da SUDAM e sua ação é consubstanciada na condução da execução dos projetos, a função seria a regularização das terras, muitas delas partiam do processo de grilagem, onde fazendeiros forjavam o envelhecimento de documentos comprovando a quantidade de tempo que supostamente pertenceria na terra, desta forma há uma abertura para extensão latifundiária.

O plano de Integração Nacional (PIN), divulgado em 1970 tinha como propósito a construção de abertura de estradas, a construção da transamazônica foi uma das obras principais do seu planejamento, o objetivo era fazer uma ligação da região norte com outras partes do Brasil, onde, ao término da obra a estrada passava a servir para emigração de nordestinos que fugiam da seca devastadora.

Neste período, o presidente Médici dizia ter encontrado a solução de vida aos nordestinos e reafirmava através de sua frase a necessidade de levar *“homens sem-terra para uma terra sem homens”*.

Aos poucos a Amazônia foi tornando-se uma região cobiçada por suas diversidades de riquezas, os rios passam a ser controlados com a função do escoamento da produção e se intensificam com a geração de energia elétrica, as empresas transnacionais dominavam todas as águas dos rios, utilizavam as cachoeiras para construir usinas hidrelétricas sabendo que a energia gerada serviria para abastecer países que não tinham condições de gerá-la como, por exemplo, os Estados Unidos. Contraditoriamente, grande parte da população amazônica, principalmente os ribeirinhos, nunca teve acesso à energia elétrica.

A Amazônia constitui um dos recantos do globo mais virgens e de maior potencialidade de riquezas naturais. Será o celeiro do mundo [...] Não foi possível até hoje calcular, cientificamente, as imensas possibilidades latentes deste indescritível ‘inferno verde’ de rios e florestas. De qualquer forma a Amazônia é hoje uma das regiões mais cobiçadas da terra. Para nós brasileiros, isso representa um imenso desafio: conjugar todas as forças (sic) nacionais para integrar definitivamente este território à vida brasileira. E isso depende de um gigantesco esforço de pesquisa, de planejamento e desenvolvimento. (MARTELLI, 1969, p.77).

A partir de 1973 a Eletronorte, empresa de energia elétrica, subsidiária regional da Eletrobrás entra na região norte com a missão de produzir energia em grande escala e estrategicamente investir na Amazônia com a política de crescimento econômico. As construções das usinas hidroelétricas vão sendo valorizada cada vez mais pelo Estado capitalista, e os investimentos hidráulicos vão ganhando dimensão nacional, o benefício para as empresas financiadoras estava não apenas na apropriação da energia, mas sim, da forma como ela é gerada, sabe-se que depois de construída, a usina hidroelétrica não tem perdas para os agentes, ao contrário, lucros exorbitantes.

Rondônia é uma das várias regiões da Amazônia que carrega até hoje os destroços causados pelo desenvolvimento ditatorial. No início da década de 1970 o

território não havia sido reconhecido como Estado, o mesmo era distrito de Mato Grosso somente no começo dos anos oitenta é que foi elevado à categoria de Estado, “*criado pela Lei complementar n° 041, assinado pelo então presidente João Batista Figueiredo, em 22 de dezembro de 1981, foi instalação em quatro de janeiro de 1982*” (OLIVEIRA, 2004, p. 81). Porém, já possuía uma economia baseada no extrativismo do ouro, estanho, seringa entre outros.

Os primeiros habitantes de Rondônia eram os indígenas, que por milhares de anos viveram com um modelo organizativo dividido por tribos, cada um possuía sua forma de organização social, porém, tinham em comum a vivência coletiva, a crença e o respeito na força da natureza. Boa parte das tribos cultivavam suas vidas às margens dos rios, pois era um espaço favorável a sobrevivência facilitando o trabalho, sabendo que a forma de trabalho girava em torno da procura e produção alimentar, a busca pela caça e pesca e a agricultura que era principalmente, o cultivo da mandioca. As atividades agrícolas eram praticadas de forma rudimentar, pois utilizavam, por exemplo, a técnica da coivara¹.

Os aborígenes vão ter contatos com outras etnias, por volta do século XVII e XVIII, através do Rio Madeira, representantes da coroa Portuguesa chega ao norte do Brasil, com o intuito de tirar os recursos naturais (exploração das jazidas de ouro e as drogas do sertão) através do processo de cristianização dos indígenas. Com a ideia de descoberta, em pouco tempo os europeus conseguiram deturpar toda a construção histórica cultural indígena, suas construções político-sociais eram de modelo colonialista, onde a exploração humana era predominante.

A visão dos colonizadores era de obter índios “mansos” que eram aqueles povos com facilidade de se adaptarem aos costumes europeus, em Rondônia os povos “dóceis” eram os bororos e os Parecis, já os cabixis e os caiapós considerados bravos, os povos hostis eram facilmente massacrados.

Os que habitavam a beira dos rios Madeira e Guaporé foram os primeiros a sofrer o impacto da colonização, o povo Mura e Mundurucu foram os mais resistentes à dominação europeia, assim afirma Jocélia Hrynzcyszyn, (p, 4) “As nações mais guerreiras e que maior resistência ofereceram aos colonizadores portugueses foram os Muras e Mundurucus” mesmo assim, não tinham forças contra os invasores, além das doenças trazidas pelos brancos ao qual não tinham contatos,

¹ Técnica agrícola utilizado pelas comunidades tradicionais.

desta forma foram aos poucos se extinguindo, os Muras no final do século XVIII, já haviam sido completamente extintos.

Como a dominação indígena consistia em um processo mais difícil, pois os mesmos não a aceitavam passivamente, os europeus passaram a trazer pessoas africanas para serem submetidas ao trabalho escravo, e aos poucos Rondônia vai se transformando em uma região composta por uma diversidade étnica, (indígenas, negros e brancos) cada povo cultivava seus costumes crenças e ao decorrer de anos tem-se uma cultura unificada, porém, com uma interferência maior da cultura europeia, que prevalecia dominante.

Durante o século XIX, grande parte das terras de Rondônia pertencia aos indígenas e muitos deles não havia tido contatos com outras origens humanas. Já no decorrer do século seguinte tem-se uma elevada apropriação destas terras consideradas improdutivas e a região passa a receber gente dos quatro cantos do Brasil, havendo por parte dos colonos uma exploração territorial.

Antes mesmo de Rondônia tornar-se estado havia um processo de migração através de propagandas governamentais, referente às boas condições de vida encontradas na região, muitos vinham em busca de terra farta abundante e aos poucos o habitat dos povos originários foi se transformando nos chamados projetos de modernização, vários povoados foram formados, distritos receberam a categorias de municípios.

Na década de 70, século XX o Território Federal de Rondônia passava por um momento de grande desenvolvimento, pois, além do extrativismo mineral e vegetal que já imperava na região, era descoberta a sua vocação agropecuária, devido aos projetos de colonização e Reforma Agrária – INCRA, que atraiu vários contingentes populacionais provenientes da região Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil que deslocavam para a região, contribuindo para sua prosperidade (OLIVEIRA, 2004, p. 80).

O aumento populacional em Rondônia forma-se uma sociedade composta por uma diversidade de povos e culturas e dentre estes estão os ribeirinhos que vivem até hoje em comunidades próximas às margens dos rios, sua origem surge basicamente dos seringueiros, os chamados Soldados da Borracha que se aglutinavam nos seringais em busca do leite da seringa.

Os nordestinos foram atraídos para a região da Amazônia (atual estado de Rondônia) da mesma forma que os sulistas e os nordestinos são atraídos hoje pela propaganda governamental para os projetos de colonização. Ambas as situações se explicam pela necessidade de mão de obra, inicialmente, nos seringais, uma vez que crescia a procura do produto na

Europa, ou mesmo Estados Unidos. Nesta ocasião, os anos 90 do século passado, a borracha já estava alcançando certa importância econômica, na confecção de Vários artigos de consumo, e também projeção no mercado externo, que absorvia grande quantidade da produção. (PERDIGÃO, BASSEGIO, 1992, p.49)

Com extração do látex para a exportação, a comercialização da borracha passou por dois momentos fortes na região amazonense. O primeiro ciclo ocorre por volta do século XIX, através dos estudos realizados pelo cientista Charles Goodyear que descobriu o processo de vulcanização possibilitando a ampliação do uso da borracha que serviria para produção de sapatos, mangueiras e principalmente na criação de pneus para bicicletas e automóveis. Com isso, as indústrias norte americanas e europeias passam a aumentar a demanda deste produto.

O segundo ciclo intenso da extração do leite da seringueira foi durante a segunda guerra mundial, o látex da Amazônia aumentou de 156 para 2673 toneladas, tornando o maior polo de extração e exportação do mundo. O governo elabora uma campanha de incentivo aos soldados da borracha, conforme podemos ver na citação abaixo.

Seringueiros! Dedicais todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzi vós sem repouso, colhendo o látex abundante das seringueiras do Vale Amazônicos. Das guerras modernas, não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalhas, Mais toda a nação: homens e mulheres, velhos e crianças. A vós desbravadores da Amazônia são importantes soldados. Unidos veremos sibililar a bandeira do Brasil².

Em Rondônia, Anteriormente ao processo de comercialização da borracha, os indígenas já utilizavam o látex na fabricação artesanal de vários objetos. No entanto, só tinha valor de uso sem interesses em modificar a vegetação, sem exploração da natureza e do trabalho aplicado na produção do objeto. Na foto abaixo encontrada no museu Rondon apontam algumas peças feitas por seringueiros desenvolvidas a partir das técnicas indígenas, de acordo com as informações do museu Rondon, estes eram objetos usados por seringueiros.

² Essas informações estão disponíveis em <http://marcascadoprogresso.blogspot.com.br/2008/06/historico-dos-ribeirinhos-em-rondonia-em.html>. Acesso em: 30/07/2017, às 11:10h.

Fotografia 1- objetos de látex no museu Rondon



Fonte: museu Rondon 2017/ Nota: foto de Anne Gabriela.

Quando o leite de seringa se torna um elemento de valor monetário modifica-se a forma de retirada do látex, o plantio da seringueira cresce exageradamente desproporcionando a diversidade existencial de plantas, os trabalhadores regularizam-se como semi-escravizados, pois são forçados à uma vida sub-humana, trabalhar dobradamente sem condições alguma de se manter. Grande parte destes trabalhadores eram imigrantes nordestinos que vinham em busca de melhores condições de vida e Indígenas que eram capturados confinados nos seringais.

Na década de 1970, há uma diminuição da coleta do leite da seringa, com isso aumenta a dependência da natureza para a sobrevivência, e assim, este povo que possui uma mistura étnica vai formando aos poucos sua própria identidade. As relações que eles constroem com a terra são de uso, e não de posse, por isso não possuem demarcações, plantam e reparte o que a natureza oferece, utilizam seus conhecimentos empíricos na cura de doenças no período de plantio e outros, e a locomoção sempre foi através dos transportes fluviais.

Em decorrência dos projetos de modernização e industrialização as comunidades ribeirinhas, indígenas e povos tradicionais começam a passar por uma desestruturação social. Para se obter o “desenvolvimento” da região, desenhou-se projetos diversos, incluindo a construção da primeira hidroelétrica que proporcionaria modernidade ao Estado. Até então, as primeiras fontes de energias elétricas eram através do grupo gerador movido a vapor, as termelétricas espalhadas atendia às necessidades básicas do período, anos depois descobrem o potencial hídrico.

A usina hidrelétrica de Samuel construída sobre o Rio Jamari, próximo à cidade de Porto Velho (capital do estado), tem seus primeiros projetos montados em

1982. A finalização ocorre seis anos depois, deixando um vasto território de matas nativas inundado, colocando em extinção e destruindo o bioma.

As construções das barragens para o fornecimento de energia elétrica foi um dos primeiros fatores que colocaram em desestruturação a identidade das comunidades ribeirinhas os danos provocados prejudicaram não só a existência social como também ambiental, além da destruição das florestas e da alteração do curso das águas provocou extinção de muitas de espécies de peixes, e também os sistemas de plantios agrícolas desenvolvidos pelas comunidades ribeirinhas e indígenas. A hidrelétrica trouxe impactos sociais e ambientais nesse sentido modificou por completo a maneira tradicional de viver na floresta.

Quem paga a conta dos altos investimentos e dos impactos ambientais é a classe trabalhadora. Com a construção das barragens há um processo de alagamento que coloca em risco toda Amazônia, há várias espécies de plantas e animais que entraram em risco de extinção, além de desabrigar uma quantidade enorme de pessoas.

Estes e vários outros programas forjados na ditadura civil militar são somente construções em benefício ao modelo econômico e político, em nem um momento esteve em favor da classe trabalhadora, ao contrário, pois o período ditatorial posicionava ao lado dos opressores e impedia brutalmente qualquer posicionamento que contrariasse as ideias de dominação de uma classe sobre a outra, ou até mesmo, se ousassem reivindicar seus direitos ou questionar o modelo de dominação.

A Região norte do Brasil ainda hoje esconde infinitas práticas de crueldades, o inacreditável é pensar que a ditadura militar depois de todas estas atrocidades manteve-se indiferente, e muitas vezes propalavam-se como responsáveis por grandes avanços sociopolíticos. Por mais que tivessem diversos movimentos de esquerda organizados fazendo este embate contra militarista, parte da classe oprimida não se rebelava contra a opressão, de certa forma o medo foi um dos principais motivos que os levaram a ocultar-se.

Diante de todo este percurso histórico moldado pela diferença antagônica de classes, entende-se que enquanto houver um Estado de domínio capitalista onde os interesses econômicos estão posto em primeiro lugar, haverá sem dúvida nenhuma, uma absorção de tudo que lhes convêm ao lucro, no entanto, não há o que poderíamos chamar de respeito ambiental, muito menos social, o ser humano vale

pouco diante do sistema capitalista e são muitos os excluídos e excluídas da terra e da própria vida, soterrados em um imposto silêncio que sufocam no aprisionamento da injustiça.

3 DE QUE FORMA FOI CONSTRUÍDA A BARRAGEM DE SAMUEL SUAS IMPLICAÇÕES.

A quantidade de hidroelétricas construídas no Brasil está sem dúvida relacionada aos interesses de grandes multinacionais, grupos estrangeiros interessados na acumulação de capital. O acordo político por trás das inúmeras construções de barragens de fato representa para a classe dominante avanços econômicos e industriais. Estes grandes projetos vem a algum tempo sendo montados na região amazônica, sendo a hidroelétrica de Samuel uma das primeiras grandes obras hídricas implantadas, sua construção foi realizada no Rio Jamari em Rondônia, significando no período, “desenvolvimento” territorial.

As grandes potências capitalistas são os maiores consumidores de energia do mundo, possuem riqueza monetária, no entanto, seus territórios são insuficientes de componentes que produzem riqueza, encontra-se em falta de petróleo, minérios, terra fértil e rios. A energia é um elemento prioritário por isso há necessidade de recorrer aos países abundantes em recursos naturais que são basicamente da América latina que em grande parte abriga a Amazônia. A disputa por essa região passa a ser o principal foco das multinacionais, pois se sabe que os lucros obtidos são grandiosos e à medida que há uma apropriação destes recursos certamente ficam sobre domínio dos grupos internacionais, assim, como a população também se torna sujeita à ordem dominante.

No entanto, as construções de hidroelétricas não são somente em virtude de quererem obter energia, mas também em decorrência da disputa econômica por traz das construções de barragens que envolvem não só a apropriação barata de energia, mas a utilização dos rios para servir de hidrovias, permitindo a passagem de navios cargueiros, e mais recentemente como lugar de extração de minérios.

As multinacionais querem controlar as principais fontes de energia, principalmente as energias consideradas baratas. Querem dominar os rios para construir as barragens e poder utilizar sua energia a preço de custo na extração dos minérios, na produção do alumínio, no aço e na produção de papel celulose. E querem controlar as melhores terras, para produzir o álcool através da cana para substituir a gasolina e o biodiesel produzido através das plantas oleaginosas (como a soja, mamona...) para substituir óleo diesel. Em seguida carregam em grandes navios e levam estes produtos para o uso em seus países. (MAB, 2007, p11).

No Brasil, encontram-se alguns dos melhores e maiores rios do mundo, possuem uma diversidade de espécies aquáticas, além da quantidade enorme de água potável, porém, todas as nossas riquezas passam a ser controladas por grupos estrangeiros que negociam com os governos brasileiros os supostos investimentos econômicos. As estratégias das multinacionais, geralmente, partem do seguinte pressuposto: financiar as campanhas eleitorais que de certa forma obrigam a manter laços recíprocos. A população é seduzida com a ideia que os investimentos proporcionarão empregos aos trabalhadores e que a barragem vai diminuir o preço da energia. Porém, não os informam que o financiamento aplicado nas construções das barragens sai do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Dessa forma, a classe trabalhadora brasileira é quem paga pelas obras, mais quem se apropria do lucro são os grupos estrangeiros.

O ciclo dominante parte dos dois bancos criados para financiar os países subdesenvolvidos, Banco Mundial - e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, estes bancos são financiadores das multinacionais, porém, sob o domínio dos Estados Unidos, na lógica as empresas que entram como prioridade são norte americanas. As empresas implantadas no Brasil fazem todo um jogo político, primeiro tem o convencimento populacional alegando que os projetos montados são desenvolvimento pra região em benefício da população, o que ocorre é que após a finalização da construção da barragem, a produção de energia é subsidiada para as multinacionais a outra parte é oferecida à população por um preço muito alto, (um roubo) enquanto as indústrias eletrointensivas consomem em maior quantidade e pagam pouco pelo consumo.

Todos os equipamentos utilizados na construção das barragens são importados e geralmente quem produz são as próprias empresas interessadas nos projetos hidroelétricos, esta é outra forma de saquear os brasileiros.

As indústrias de turbinas e equipamentos de energia são indústrias que em seus países não tem mais onde vender. Por isso são obrigados a pressionar os governos de nosso país para incentivar a construção de barragem e assim encontrar uma forma de vender e ganhar dinheiro. Além disso, são mercadorias muito mais caras, até mesmo quando não são superfaturadas. Ou seja, a grande parte do dinheiro investido numa obra desse tipo, na verdade acaba indo nos bolsos de multinacionais para fora do país. (MAB, 2007, p13).

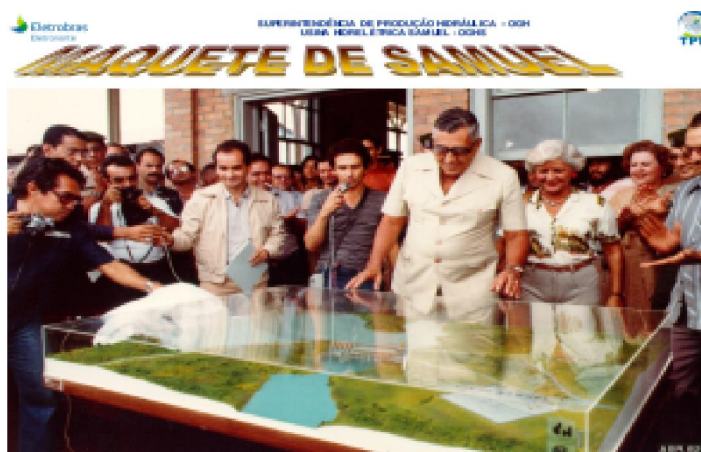
Diante deste sistema hegemônico percebe-se que as construções das hidroelétricas são apenas aparatos pra usurpação principalmente da Amazônia, com

a estratégia voltada para a reprodução e acumulação do capital internacional, nos últimos anos vem se intensificando por parte dos setores dominante a apropriação destes elementos, porém, sabe-se que não são recentes os acordos políticos voltados à apropriação de capital, inúmeras hidroelétricas foram projetadas e construídas no período da ditadura militar reafirmando de certa forma o posicionamento econômico dos gerenciadores do Brasil, como pode ser comprovado através do estudo da hidroelétrica de Samuel.

Na década de 1970, período que avançou o projeto para a construção da hidroelétrica de Samuel, Rondônia, não era constituído como estado somente território federal, a estrutura política do período era através do regime civil militar, onde o presidente da republica determinava a escolha do governador. Por isso, em 1979, Jorge Teixeira foi indicado pelo General João Batista de Oliveira Figueiredo, para assumir o governo do território federal com o objetivo de transformar em estado e promover desenvolvimento da região, tendo grande influência na consolidação de implantação da barragem de Samuel.

Na fotografia abaixo arquivos da Eletronorte apresenta o governador da época Jorge Teixeira em um evento proporcionado para a apresentação da maquete da construção da Samuel, este acontecimento ocorre próximo ao rio Madeira na estação ferroviária, o local foi estrategicamente pensado para a divulgação dos avanços de desenvolvimento. Atualmente esta maquete está sobre conservação no museu da Eletronorte.

Fotografia 2 – maquete de Samuel



Fonte: Arquivos Eletronorte, 2017.

Jorge Teixeira, o governador exército-designado de Rondônia, era um coronel de Exército, completamente comprometido na preparação de Rondônia para se tornar um estado. Por sua vez, o projeto POLONOROESTE do Banco Mundial era uma parte fundamental da estratégia, a pavimentação da Rodovia BR-364 e o encorajamento de migração a Rondônia, dando a justificativa política para o Congresso Nacional aprovar a criação de um estado novo. (FEANRSID, 2004, p.7)

No início da década de 1970, o governo federal implantou as centrais elétricas do norte do Brasil, para coordenar o projeto de construção da hidroelétrica de Samuel, a Eletrobrás e Eletronorte passaram a desenvolver um papel determinante no período. No governo de Jorge Teixeira, são instaladas as centrais elétricas de Rondônia (CEREON), que distribuía energia gerada pelas termelétricas apenas para alguns bairros da capital, porém, como havia a dificuldade de viabilizar energia aos campos de produção e proporcionar os avanços industriais, foi determinado pelo governador que a Eletronorte assumiria a geração de energia.

Eletrobrás é uma empresa estatal que tem como subsidiária a Eletronorte, que surge em 1973 como setor responsável pela construção das hidroelétricas no norte do Brasil, surge como fator favorecedor do desenvolvimento da Amazônia com a finalidade de oferecer energia a toda à população conforme relatos da Eletrobrás.

20 de junho de 1973. Em meio às adversidades que a Floresta Amazônica nos desafiava, começávamos uma história de garra e superação. O início da nossa história foi marcado pela por uma decisão estratégica de integrar o Brasil e preservar a Amazônia, o que, mais tarde, se revelaria um compromisso com o desenvolvimento sustentável da região. Nossa história passa pelas mãos de milhares de homens e mulheres que permearam as suas histórias de vida com a nossa caminhada, que neste mês de junho chegam aos seus 41 anos. (ELETROBRAS- ELETRONORTE, SD, 2014, p.1).

Até 1975, a Eletronorte funcionava no Rio de Janeiro, sendo transferida à Brasília, O primeiro presidente foi coronel e engenheiro Raul Garcia Llano, com dois anos e meio de funcionamento a empresa deu uma grande alavancada no sistema elétrico da Amazônia se garantindo no campo operacional. Em 19 de julho de 1974 através do decreto n° 74.303 finaliza a obra de Coaraci Nunes no Amapá. O objetivo inicial era abastecer somente as cidades das capitais da região norte.

Nos anos da Ditadura Militar foi realizado o estudo das bacias hidrográficas e dos potenciais hídricos, pela ELETROBRAS, das grandes hidroelétricas Na Amazônia foram projetadas nesse período, como por exemplo, a de Samuel, uma

grande obra repleta de implicações desfavorável para maioria da população, mas certamente favorável em grande proporção à burguesia minoritária capitalista que tinham como suporte a ditadura para viabilizar a exploração e concentração econômica.

Conforme o livro “Memória da energia elétrica de Rondônia”, a Eletrobrás é destacada como empresa responsável pelo crescimento e desenvolvimento do estado de Rondônia. Diante dos relatos, mostra preocupação em conciliar avanços sem perder relações com as comunidades miscigenadas e sem provocar danos ao ambiente, alegando sempre a sua intensa contribuição ao estado, em 2005 a Eletrobrás completando 23 anos, destaca:

Nos últimos 23 anos, a Eletronorte compartilhou o crescimento hoje uma região que atrai indústrias, empresas e mão de obra qualificada. Há mais de três décadas, a empresa começou a atuar na Amazônia vencendo fortes obstáculos naturais, lutando contra a precariedade da infraestrutura básica para mostrar ao restante do país que a região merecia ser vista, admirada e compartilhada. Conseguimos?! Olhando para o passado: o Território Federal de Guaporé e o Território Federal de Rondônia e a Rondônia de hoje, nos da família Eletronorte, temos certeza que sim. (ELETRONORTE, 2005, p.10).

A Eletrobrás através da Eletronorte assumiu, no início da década de 1980, a administração da barragem de Samuel. A Odebrecht foi responsável pela construção da hidroelétrica. De outra parte, o atual técnico de operação coordenador de visitas da hidroelétrica de Samuel destaca que a “a Eletronorte tem a função de controle técnico e administrativo” (entrevistado 1, 2017).

O objetivo principal da hidroelétrica de Samuel era abastecer o estado e possibilitar um melhoramento de vida aos rondonienses. Este foi o primeiro projeto hidroelétrico implantado no estado e durante sua construção houve um fluxo migratório muito grande pela necessidade de mão de obra, vieram gente de várias partes do Brasil para ser empregados na obra da barragem.

Construída em Rondônia, a hidroelétrica de Samuel tem suas primeiras edificações na década de 1980, próximo ao atual município de Candeias. A obra foi realizada na cachoeira do Rio Jamari, pertencente à bacia amazônica e afluente do Rio Madeira, é considerado um dos maiores rios de Rondônia. Por outro lado, tem sua nascente na serra dos Pacaás Novos, município de Campo Novo e possui uma altitude média de 500 metros, correndo sobre a margem direita do Rio Madeira, a barragem possui uma proximidade de 56 km da cidade de Porto Velho capital do

estado. A construção começa com um desfile de tratores sobre a cidade de Porto Velho divulgando o início deste grandioso progresso.

Fotografia 3- início da obra de Samuel



Fonte: Arquivo Eletronorte.

As construções iniciaram em abril de 1982, acompanhada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE). Porém vão ser finalizadas 14 anos depois, deixando um vasto território inundado, o rio recebeu um dique de 45 km de extensão de cada margem, com potência instalada de 216,0 MW. Esta obra ficou conhecida como um marco histórico local. Não é divulgado ao certo o custo desta construção, porém sabe-se que todo processo de represamento gera impactos tantos físicos, biológicos e socioculturais, cada um com suas particularidades e intensidades.

A promoção incansável do governador Jorge Teixeira para o desenvolvimento de Rondônia, indubitavelmente, ajudou a convencer os tomadores de decisão, tanto em Brasília quanto nos bancos multilaterais de desenvolvimento a investirem mais em Rondônia, inclusive na Hidrelétrica de Samuel, do que seria justificado somente com base dos custos e benefícios financeiros, sociais e ambientais. (<http://philip.inpa.gov.br>, FEANRSID, 2004,p.9)

Fotografia – 4 localização da barragem de Samuel



Fonte: Governo de Rondônia

Diante dos vários escritos referentes ao processo de implantação da hidroelétrica de Samuel observa-se a extremidade das contradições dos relatos, boa parte dos materiais expostos à sociedade está de acordo a construção da hidroelétrica de Samuel identificando como fator positivo de grandes avanços e melhoramentos ao território rondoniense, destacam a importância valiosa deste projeto que trouxe favorecimento a população local e modernidade a região.

Os primeiros habitantes próximos às margens do Rio Jamari foram os indígenas, segundo as pesquisas estão na Amazônia há 12 mil anos, na parte alta do Rio habitavam os Arikém, e na foz, os Muras. Nos anos finais do século XIX passa a ser habitado também por seringueiros e aos poucos vão ocupando as margens do rio e formando povoados, esse território era conhecido por sua abundancia em recursos naturais como, por exemplo, o látex da seringa e extração de cassiterita e outros.

Na área de influência direta o lago de UHE Samuel se estende por cinco municípios: Candeias do Jamari/RO, Itapuã D' oeste/RO, Rio Crespo/RO, Alto Paraíso/RO e Ariquemes/RO. Esta área, durante a fase do estudo de viabilidade do empreendimento, era habitada por cerca de 1700 famílias constituídas basicamente por pequenos colonos que viviam da atividade econômica extrativista e agricultura de subsistência. Na área de influência indireta estima-se que no início da década de 1980 haviam 68.743 habitantes distribuídos em assentamentos oficiais e clandestinos e nos garimpos de cassiteritas (em Vilarejo urbanos e rurais). (<http://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/96.pdf> MOREIRA, 2008 p, 8) .

Com os projetos de emancipação para Rondônia, os povos originários assim como os imigrantes que habitavam nas proximidades da cachoeira de Samuel foram aos poucos conseguindo as demarcações de terras e assim construindo a própria cultura e reafirmando sua identidade. Porém, o governo militar lança a implantação da hidroelétrica de Samuel com o objetivo de acelerar o processo de industrialização e modernização do estado provocando uma exclusão das comunidades e povos extrativistas.

A hidroelétrica de Samuel teve sua construção antes de se fazer um estudo sobre os impactos ambientais, naquele período pouco se falavam em proteção ambiental. O Banco Mundial financiavam os projetos de desenvolvimento para a região e todos se interligavam como forma de complemento ao outro, como é o caso dos projetos POLONOROESTE que em 1982 reconstruiu a BR 364 possibilitando que uma leva de imigrantes chegasse à região, boa parte destes pertenciam ao estado do Paraná, de acordo com a ELETRONORTE (2005, p157), “Rondônia experimentou na década de 80, um enorme crescimento demográfico. A população passou de 490 mil habitantes em 1980 para 928 mil em 1985, superando a marca de 1 milhão de habitante ao final da década”. E assim que chegavam eram inseridos aos trabalhos na barragem.

Este projeto provocou um grande impacto ambiental e sua repercussão fez com que o Banco mundial criassem Departamento do Meio Ambiente, o presidente do Banco Mundial (Barber Conable) pronunciou cinco anos depois do inicio da obra a criação do departamento e fez uma espécie de reconhecimento da suposta necessidade de agressão ambiental. Como destaca (Filliph) “um exemplo de um esforço ambientalmente bom que deu errado” (Holden, 1987).

O Projeto POLONOROESTE se tornou um dos maiores embaraços ambientais do Banco Mundial, levando à criação do Departamento do Meio Ambiente dentro do Banco Mundial em maio de 1987 (Holden, 1987), menos de 48 horas depois que uma apresentação crítica do projeto foi

exibida no programa de televisão “60-minutos” nos Estados Unidos. (FEANRSID, 2004, p,10).

Prevista pelo chefe de unidade ambiental do Banco mundial Robert Goodland, em 1980, destacou que a hidroelétrica de Samuel provocaria um enorme impacto, porém, não foi levado em consideração, pois, os interesses dos agentes financiadores como sempre estão no valor econômico. Em decorrência dos projetos geradores da devastação ambiental e social foram implantados o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) para amenizar as movimentações locais e lançar uma aparência de preocupação sobre a devastação causada.

3.1 IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL.

Segundo algumas pesquisas a hidroelétrica de Samuel provocou um dos maiores impactos ambientais do mundo, por impactos ambientais entendem-se quando ocorre alteração física, química e biológica causadas pelas interferências humanas. Segundo SANTOS (1995), a barragem provocou uma inundação de 560 km² com uma profundidade de 5,8 m, não se tem ao certo a quantidade de árvores e animais que desapareceram com o alagamento, além de provocar a extinção de algumas espécies de fauna e flora, contaminar a água com componentes tóxicos produzidos durante a construção “ácido húmico”, sendo um dos elementos que provocou expressivamente a acidez na água, houve perdas enormes de espécies de peixes e outros organismos, destruindo completamente diversidade de espécies aquáticas ao término da obra.

Alguns destes produtos tóxicos como o mercúrio, por exemplo, libera uma substância contaminando a água e o ar, o contato direto com esse elemento causa desaparecimento de espécies ambientais, e ao ser humano provoca irritação na pele, problemas respiratórios, má formação de feto, câncer e vários outros, no entanto, toda a água do represamento entra em contaminação e leva anos para recuperar-se o que pode vir não acontecer jamais, em alguns casos.

Essa alteração no percurso da água causas profunda instabilidade na terra deixando as encostas do rio em constante erosão e desequilibrando a função do lençol freático, parte do solo fica improdutivo ou com dificuldades de produzir, a terra

sente carência de elementos que possibilitam a reprodução das espécies. A floresta agora encoberta pela água, anteriormente era mata primária que abrigava uma biodiversidade extraordinária, 420 KM² de floresta foram extintos.

LOWE-MCCONNELL (1966,1987); WECOMME (1979) E PAIVA (1883) cita como exemplos de impactos diretos de represamento de rios os seguintes: perda de solo, de espécies de plantas e animais, de monumentos naturais e históricos, de recursos pesqueiros, madeireiros e genéticos; problemas sanitários e sociais; modificações de hidrologia e qualidade da água, entre outros. (SANTOS, 1995, p. 248).

Todo esse processo de impacto ambiental provocou uma alteração no ecossistema e clima do local, uma das evidencias é o preenchimento do reservatório onde libera uma grande quantidade de gás carbônico aumentando o efeito estufa. Essa liberação exagerada de gás altera o fenômeno natural, elevando a temperatura causando perdas irrecuperáveis ao planeta.

Muitas comunidades ribeirinhas e tribos indígenas sobreviviam desta região, sem devastar e explorar os recursos naturais, com a enchente provocada pela construção da barragem foram obrigadas a sair do local onde viveram de gerações em gerações perderam seu espaço e tiveram que adaptar –se a uma outra forma de vida.

A barragem provocou várias consequências para as famílias que foram atingidas diretamente, com o deslocamento forçado tiveram que abandonar suas pequenas produções que eram à base da subsistência, a pesca era uma das suas praticas diária e com a contaminação da água não era mais exercida, a escassez de alimentos que nunca haviam tido começam a aparecer, a dificuldade de produzir aumenta, pois, a terra passa a não ser tão fértil quanto antes, muitos morreram por doenças causadas pela barragem, a malária foi uma das mais terríveis. As pessoas estavam entregues a miséria. Estas consequências serão abordadas com maior profundidade no próximo capítulo.

Entrevistado 1 funcionário da Eletronorte alega que a empresa não violou os direitos humanos e sociais, seus discursos são voltados à compreensão ao respeito social e ambiental, afirma que o impacto ocasionado foi para um bem comum e que estabeleceram condições para que houvesse um processo de recuperação aos danos causados, destacam que as famílias impactadas foram locomovidas a um

espaço apropriado com todas as condições necessárias para o contínuo de suas vidas.

Declara ainda que a Eletrobrás está preocupada com a preservação do ambiente, demonstra isso através de uma construção de reserva florestal 40 km longe da barragem, lá depositam todas as espécies de animais que encontram sobre perigo, há uma equipe preparada da empresa com parceria com a polícia ambiental para locomover os animais que estão fora das reservas ambientais. “com o objetivo de minimizar os impactos causados durante a formação do reservatório foi realizado o resgate da fauna denominado: operação Jamari. O resgate, direcionado de forma a ser seletivo em termos quantitativo e qualitativo”. (ELETROBRAS, 2005, p.151).

Os discursos produzidos pela Eletrobrás são belíssimos quando dizem respeito à relação que construíram entre avanços sociais e resgate ambiental, porém, não relatam que provocaram a extinção de várias plantas e animais, colocando em risco não só o nosso bioma, mas, uma série de povos originários e comunidades que se formaram através da diversidade étnica, e que parte dessa história foi “inundada”.

Um dos impactos sociais fortemente apresentado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens é em relação à situação das mulheres, o MAB afirma seis eixos principais de violação contra as mulheres que ocorrem em todos os lugares que são construídas as obras, um deles é o aumento dos conflitos e violências contra as mulheres: exploração sexual de mulheres e crianças, aumento do tráfico, mercado de prostituição.

De acordo com o MAB chegaram em Rondônia aproximadamente 40,000 homens para a construção da obra hidroelétrica isto resultou no aumento da violência contra as mulheres, muitas vitimas do abuso e exploração sexual, a prostituição local tornou-se algo tão “natural” que os prostíbulos ocorriam em céu aberto.

3.2 PROJETOS POLÍTICOS DO ESTADO

O Estado não reconhecia de forma alguma os impactos ambientais e sociais, porém, tinham conhecimento da extensão da destruição. De outra parte, a imprensa foi proibida de divulgar qualquer informação que revelasse as consequências e os

problemas da instalação de Samuel. Alguns programas foram implementados para invisibilizar a destruição. Foi posto em prática nos anos de 1987 a 1989 o programa Global de Educação Ambiental para os povos que moravam na área de influência da hidroelétrica. Foi realizado o estudo ambiental aprovado pela secretaria do estado do meio ambiente de Rondônia, mas foi a Sondotécnica (empresa de engenharia do Brasil), que elaborou este programa de estudo.

A Sondotécnica se envolveu também nos projetos e programas de estudos ambientais preconizados pela RIMA (relatórios de impactos sobre o meio ambiente), alguns implementados na execução e após a construção da usina, durante o período da obra foram inseridos Salvamentos Arqueológico, Reassentamento Populacional, Educação Ambiental, porém, pouco efeito surtiu. O estudo de impactos ambientais (EIA) juntamente com a RIMA teve atuação frente à composição da barragem.

O conselho nacional do meio ambiente (CONAMA) deliberou, com fundamento na lei n°. 6.938/81 (Art.8, I e II), tornar obrigatório o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para certas atividades (resolução n°. 1/86 – Dou, de 17.02.86, p.2548). A resolução prevê, também, o conteúdo e o procedimento de elaboração desse instrumento da política ambiental brasileira. Avaliar o impacto ambiental é medida preventiva, que se insere não só no planejamento de atividades diretamente relacionadas com o ambiente, como no planejamento global da União dos estados e dos municípios. (SANTOS e ANDRADE, 1988, p, 77).

Através do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Governo Federal, publicou a Resolução n. 1, exigindo que fosse feito o Estudo de Impacto Ambiental antes de qualquer operação, isto ocorreu devido à repercussão originada pela devastação ambiental causada pelas hidroelétricas da Amazônia, Balbina e Samuel que foram construídas no mesmo período, desta forma qualquer operação deverá ser averiguada pelo EIA e a instalação só será permitida se apresentarem desenvolvimento com sustentabilidade e benefício socioeconômico. Antes desta ocorrência não havia necessidade de licença ambiental.

Anteriormente e durante a construção da hidroelétrica de Samuel houveram vários programas voltados ao “reconhecimento” dos problemas gerados pelos impactos sociais e ambientais, no entanto, só foram exigidos, a partir das denúncias repercutidas a nível nacional e internacional, e grande parte deles servia apenas como forma de invisibilizar as atrocidades.

As primeiras energias distribuídas pela Samuel foram para o abastecimento da capital do estado Porto Velho, Ariquemes, Ji-paraná, Guajará-mirim, Pimenta

Bueno, Vilhena e Abunã, em 2002 passa a atender a capital do Acre, até então a maioria da população rondoniense não havia sido contemplada com a geração de energia, apenas uma pequena parte que tinham condições financeiras obtinham redes particulares.

Nos anos finais do governo de Fernando Henrique Cardoso, (1998-2002) foi lançado o programa “luz no campo”, que ofereceu acesso à energia elétrica para a população rural, todavia, não era formulado como políticas públicas e sim um sistema de financiamento, no entanto eram poucos agricultores que conseguiam acessar o recurso, na maioria das vezes quem conseguia adquirir energia eram os grandes proprietários de terra.

Em 2003, no primeiro ano do governo de Lula, foi criado o programa luz para todos, tinha como objetivo proporcionar a instalação de redes de energia gratuita a toda a população, alcançar principalmente a população rural sabendo que 90% eram abaixo da linha da pobreza. Este foi uns dos programas do período que maior atendeu os camponeses.

Em 11 de agosto de 2004, o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, a ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff e o ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto lançaram oficialmente a Luz para Todos, em Rondônia, no assentamento Palmares, no município de Nova União. Inicialmente 317 famílias foram beneficiadas 150 famílias do assentamento Paraíso das Acácias, em Porto Velho, serão os próximos a terem acesso à energia elétrica. Até 2005, 12 mil domiciliares rondonienses da zona rural terão acesso ao programa. [...] (ELETROBRAS, 2005, p. 211).

Este programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, desde o processo de instalação das redes de energia até as cobranças das tarifas de consumo.

Desde o processo de construção da hidroelétrica de Samuel o estado rondoniense vem sofrendo os impactos sociais e ambientais, e os benefícios ganhos são bem menores do que os prejuízos.

4. CONSEQUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA SOBRE AS MARGENS DO RIO JAMARI.

O projeto de implantação da hidroelétrica de Samuel é constituído sob o modelo socioeconômico voltado ao sistema de dominação capitalista, sabe-se que a aplicação destes projetos são gerados com a perspectiva de reproduzir condições reais de exploração e submissão de uma classe sobre a outra, impondo uma relação social de “explorador e explorado”. A necessidade real de implante que se levou à construção de Samuel é sem dúvidas fatores responsável pela obtenção ambicionada ao lucro. Comunidades ribeirinhas foram desamparadas por esse projeto levando anos para se constituírem a um novo modelo social. No entanto as condições reais e dignas de sobrevivência para o povo não foram devolvidas

Este modelo de dominação amparado pelo Estado está sem dúvidas disposto a romper com quaisquer fatores que não lhes ofereça benefícios, e faz com que o impossível torne-se possível, a natureza assim como o ser humano são transformados em massa de manobra, atendendo aos interesses capitalistas.

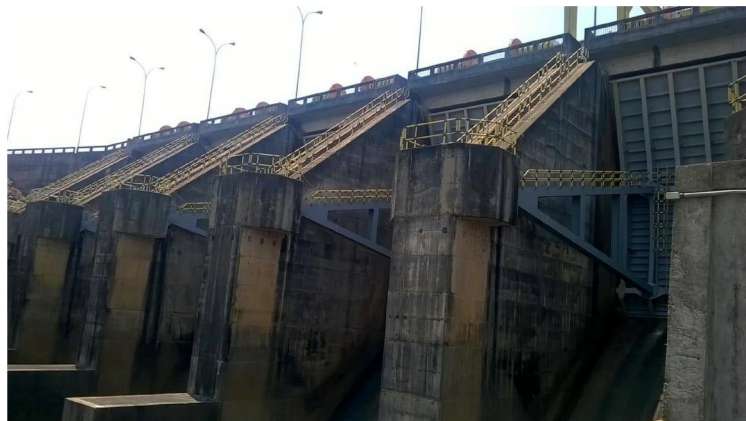
A construção da hidroelétrica de Samuel é um dos vários exemplos, pois gerou o processo de transmutação sobre as comunidades próximas à sua implantação, o efeito de mudança não é só cultural, como também social e econômico, tem a capacidade de obrigar povos a se adaptarem a um modelo social com outros fins econômicos no qual desconheciam, e obviamente essas são circunstância que provocam “naturalmente” a modificação cultural. Esta mudança tem a capacidade de negar a origem e a historia destes povos.

Infelizmente o sistema capitalista procura registrar somente o que lhes convém e são poucos os relatos que contam a história dos atingidos e atingidas pela barragem de Samuel, pouco sabemos das suas origens, dos costumes e vivências, das relações que construíam com a natureza, e entre o que está acessível à população do estado são as informações apresentando o falso “desenvolvimento”, que vem sendo imposto desde os primórdios da construção dessa barragem.



Fonte: Museu de Ariquemes

Fotografia 6- Barragem se Samuel



Créditos: 2017 Anne Gabriela (2017)

São raríssimos os registros que contam a história destes povos ou dos “de baixo” como afirma Hobsbawm, a história de milhares de anos foram contada de “Cima para baixo”. Os de cima, os dominadores dizia o que deveriam ser registrado e contado e até os dias atuais como forma de manipulação e dominação, privam “os de baixo” de conhecer a sua história assim como contarem sua própria história.

[...] não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela, sua história, como a nossa, é incompreensível fora de sua inserção em um mundo mais amplo (que se tornou limítrofe do globo habitado) e, certamente, no último milênio, não pode ser exceto por meio das

interseções de diferentes tipos de organização social, cada um modificado por interação com os demais. (HOBBSAWM, 2013, p.241).

A negação da “verdadeira História” está entendida em manter o controle populacional, pois “os de cima” são bem menos que os de baixo e a partir do momento que a massa descobre a deturpação histórica poderia haver uma repulsa provocando a mudança na forma de dominação social, no entanto o aparelho ideológico fica sobre domínio da burguesia capitalista, as escolas, igrejas e meios de comunicação reproduzem a história que o sistema quer.

No entanto, há uma dificuldade em perceber que “todo povo tem História” Hobsbawm destaca em seu livro a afirmação de Eric Wolf que “nem uma tribo ou comunidade é ou jamais foi uma ilha” (p. 241) independente do local, tempo e imposição da escala social, há sempre registros historiográficos, porém, na maior parte ao ser contada coloca os invasores como descobridores, assim como agredidos viram agressores. Percebe-se que as amarras que prendem o povo são nada menos que a história negada.

A maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes. De fato certas modalidades de história ainda possuem essa função. Aquelas volumosas biografias neovitorianas de políticos, que recentemente entraram de novo em moda, por certo não são lidas pelas massas. Não se tem clareza de quem as lê, além de um punhado de historiadores profissionais e alguns estudantes que ocasionalmente precisam consultá-las para escrever seus trabalhos [...] (HOBBSAWM, 2013, p. 280-281).

A história de “baixo para cima”, tem como pressuposto registrar a história de homens e mulheres que fazem parte da massa dos esquecidos, estes também chamados como “gente comum”, a importância de conhecer a própria história é fundamental para não repeti-la e é preciso não só conhecer, como também registrar, não se pode permitir a invisibilidade “dos de baixo” da classe, trabalhadora, porque historicamente foram essas pessoas que muitas vezes de pés descalços e mãos calejadas construíram impostamente grandes estruturas em benefício da classe dominante.

Existem várias histórias negadas ou desconhecidas e uma delas é dos povos que viviam na região onde hoje é a hidroelétrica de Samuel, os poucos relatos que se tem são a partir da construção da usina, ignoram o passado e toda a origem do local como se não houvesse nada, enfatizam as benfeitorias e as supostas

melhorias de vida aos que ali habitavam, empresa Eletrobrás/Eletronorte é responsável em escrever grande parte deste procedimento. São poucos os achados que diz respeito às comunidades ribeirinhas e as entrevistas orais são as únicas fontes palpáveis que se encontra.

Diante de relatos, sobre as margens do Rio Jamari habitava os povos que foram impactados diretamente pela construção de Samuel, o Rio recebe esse nome de origem indígena e na língua deles a palavra indica uma espécie de palmeira da região. Os primeiros habitantes da região foram os povos originários, designados Muras, porém, um dos mais antigos da região são os Arikens.

Cultivavam suas vidas às margens dos rios, pois era um espaço favorável à sobrevivência facilitando o trabalho, sabendo que o trabalho girava em torno da procura e produção alimentar, a busca pela caça e pesca e desenvolviam também algumas técnicas da agricultura.

Estes desenvolveram por cultura uma vida sossegada e construíam uma relação incondicional com a natureza e crenças em seres imaginários, o trabalho era realizado apenas para a sobrevivência, de acordo com a teoria de Karl Marx pode se dizer que não havia, “exploração do homem sobre o homem”, viviam no chamado modo de produção comunal primitivo, desta forma, a riqueza destes povos estava aos seus entornos no cuidado com a natureza, pois sabiam que ali, lhes ofereciam a vida. A organização política social era através da convivência coletiva tendo como “autoridade” o cacique orientador chefe da tribo e o pajé que era quem realizava as adorações e oferendas, espécie de curandeiro,

A organização sócio cultural destes povos permaneceu durante séculos, até a chegada dos posseiros na região. No século XIX com o processo de extração do látex da seringa para a produção de borracha que seria direcionada à exportação, provocou um fluxo migratório muito grande em Rondônia e partes destes foram direcionados as seringueiras próximos ao Rio Jamari no atual município de Ariquemes.

No primeiro contato de imigrantes na região houve muitos conflitos entre indígenas e posseiros pela demarcação territorial, os povos originários que sempre viveram naquele local, disputavam agora o seu espaço, nestas disputas morreram muitos tanto posseiro quanto indígenas, porém, o número de morte de indígenas era muito superior, primeiro que seus armamentos eram inferiores com a potencialidade das armas de fogo, segundo que o contato com estes novos povos

traziam doenças desconhecidas a eles, sem possibilidades de cura, morriam aos montes.

Os posseiros que eram em grande parte nordestinos, fugindo da seca vinham iludidos com a propaganda do Estado, pois o anúncio era de que a região oferecia terra farta e abundante, com possibilidades de progressão de vida, porém, assim que chegavam eram jogados nas matas e recebiam apenas as ferramentas de trabalhos que eles teriam que pagar, procuravam organizar-se por conta própria em condições desumanas, assim como os posseiros, os indígenas (através do processo de colonização do território) foram capturados e obrigados aos trabalho nos seringais a contra gosto tiveram que se adaptar ao imposto modelo de vida.

No final do século XIX a região do Rio Jamari passa a ter instalações de seringais, gerando um aumento na demanda da extração do látex e aos poucos as famílias seringueiras iam se organizando conforme as necessidades da região, as moradias eram próximas ao rio facilitando a sobrevivência e o escoamento da produção da borracha que era à base de transporte fluvial, as moradas eram perto uma das outras, no entanto, não tinham a necessidade de demarcação de terras, construía entre eles os acordos, normas de vivência, mas a compreensão era de um espaço coletivo.

O seringueiro assim como o índio, não tem senso de propriedade da terra, mais tem senso de território. Cada um tem sua picada na mata, chamada de "entrada". Chega a percorrer ate 30 km por dia para fazer a coleta do látex. Hoje não é mais escravo operário que já foi. Seu transitor mantém-no informado sobre os preços da borracha em São Paulo ou Chicago. Ganham entre 500 e 700 dólares por mês, o mesmo que um metalúrgico em São Paulo, mais não tem despesas, extrai seu alimento da própria floresta e do rio. (BOLOGNA, 1990, p.63-64).

O rio Jamari durante muito tempo serviu como hidrovia para trazer e levar mercadorias alimentícias, ferramentas e remédios, trazia o que não produziam no local e levavam além da borracha produtos da região, anos depois passou a transportar a cassiterita. A hidrovia do Jamari só entra em declínio com a abertura da BR-029 atual BR-364 na década de 1960, antes disto as águas era o único meio de locomover grade escala de produção, devido os fatores naturais muitas vezes encontravam trechos inavegáveis como, por exemplo, a queda de dá água da cachoeira de Samuel, onde hoje se encontra a hidroelétrica.

Naquele período era impossível navegar no local da cachoeira então formaram-se dois portos um antes e o outro depois da queda-d'água, manualmente transportavam a produção para dar sequência na viagem e chegar ao destino, por este motivo, a região próxima à cachoeira tornou-se um local muito movimentado, as pessoas foram construindo suas casas próximas desenvolvendo-se uma vila.

Em meados do século XX já havia uma diminuição da extração de látex, as pessoas não mais dependiam do mísero dinheiro da borracha para sobreviver, passaram a construir na comunidade uma nova relação de vida sem a permanência do trabalho forçado. Esta comunidade se constituiu com uma diversidade étnica e cultural, pois eram povos e costumes diferentes que ao se juntarem formavam uma única identidade, lembrando que isto não ocorreu de forma tranquila.

As características que aparentavam de miscigenação na comunidade se formaram ao longo do processo de colonização e desbravamento da região, período este em que muitas mulheres basicamente negras e indígenas eram violentadas, e foram através destas atrocidades impunes que nasciam sujeitos de cores de peles e cabelos indefinidos.

As várias comunidades ribeirinhas que foram se formando durante os anos, nas encostas dos rios tinha uma organicidade social parecida, seus costumes e crenças, relação de trabalho e com a natureza. A crença na força da natureza e em seres espirituais constituíam-se lendas que fazem parte até hoje do nosso imaginário popular como a lenda do curupira boto-cor-de-rosa, mãe-da-mata, estas e outras histórias estão presentes ainda na cultura do povo ribeirinho.

O trabalho era essencialmente voltado à coleta de castanha, pesca e os plantios de roças toda produção era para a sobrevivência, quando adoecem utilizam seus conhecimentos empíricos, fazendo chás das ervas medicinais, e sabem que tudo que precisam está ali na natureza.

Falar de seringal na Amazônia e falar de índios, homens e mulheres de cores distintas, brasileiros e estrangeiros que contribuíram com a cultura estabelecida nesta região. É falar de explorados e exploradores. É falar de fortuna e de miséria, de sonhos e mortes, é falar de um povo que aprendeu a conviver com os mitos e lendas, quer seja dos rios quer seja das matas, estabelecendo uma nova cultura. É falar de uma população ribeirinha que tem como virtude a simplicidade e o respeito pelo espaço de onde tirar os sustentos da sua família e de seu grupo. (CARLOS, 2012, p. 32).

As comunidades e povos que habitavam na margem do rio Jamari, no ano de 1982 passa a sentir impactos dos supostos desenvolvimento de Rondônia com a construção da primeira hidroelétrica no Estado, a Odrebecht como empresa responsável pela obra, se organizou para agilizar a legalização do espaço próximo à cachoeira onde se implantaria a barragem.

Segundo um dos trabalhadores da Eletrobrás, a empresa comprou a terra de um sitiante chamado Samuel e em sua homenagem nominou a usina de hidroelétrica de Samuel, a propriedade do camponês Samuel era um trecho pequeno de terra, porém, tinha dentro do seu território a cachoeira do Rio Jamari que era uma queda excelente para se fazer a construção da barragem. A fotografia a baixo cedida pela Eletrobrás/Eletronorte para essa pesquisa mostra o território antes da hidroelétrica.

Fotografia 7- foto aérea antes da construção da barragem



Fonte: Eletrobrás

Percebe-se que o território tinha uma grande conservação ambiental sem interferência brusca do ser humano, o local já era bem povoado, e os habitantes que ali viviam não tinham a necessidade de devastar para “progredir” ao contrario, a sobrevivência dependia do espaço com sua conservação natural, e não eram de interesses dos moradores transformar o lugar em algo que não lhes representassem.

Mesmo sem o consentimento da comunidade foi permitido à inundação do território, Segundo consta o entrevistado 2 que acompanhou todo o processo de luta dos habitantes da vila, o local tinha muitos habitantes e possuía uma estrutura

básica para se viver. Este entrevistado era do estado de Minas Gerais e chegou à região em 2003 passando a acompanhar as famílias atingidas.

[...] aonde eles moravam, na segunda informações que me passaram já era lugar bem organizado já tinha supermercado, tinha igreja, tinha até cinema lá na época, pelo o que eles contam o povoado antes era mais animado, mais organizado do que a própria cidade. (ENTREVISTADO 2, 2017).

Determinada a ordem de despejo, as famílias foram divididas e direcionadas a três locais diferentes, (hoje são municípios de) Alto Paraíso, Itapuã e Candeias. O processo de mudança e adaptação ocorre tanto para os atingidos como para o espaço em aplicação da obra, a transformação local é algo que alterou todo um conjunto que se consubstanciavam de maneira complementar.

4.1 LUTAS E RESISTÊNCIA

Cabe destacar que houve muitas resistências de moradores para permanecerem em suas terras, mesmo recebendo a ordem de desapropriação se negavam a sair do local, mas o Estado não ofereceu outra opção, saíram, ou eram inundados com suas casas e plantações, antes dos moradores saírem foram feitas inúmeras promessas, garantindo aos moradores todos os seus direitos, alegavam que o lugar onde seriam remanejados proporcionava um melhor desenvolvimento para suas vidas e ao chegar lá teriam a garantia de seus direitos.

Parte das famílias foram relocadas próximo ao rio Candeias, como consta o Padre (entrevistado 2) as famílias foram jogadas nesta região sem condições nenhuma de sobrevivência, e levou muito tempo até se reorganizarem construírem suas casas, fazer o roçado para o plantio, a adaptação ao local foi forçada sem opções.

Outra parte dos integrantes da vila próxima à cachoeira de Samuel, cerca de 230 famílias foram levadas ao município de Itapuã, conforme afirma militante do Movimento dos Atingidos por Barragens que viveu com sua família todo esse processo de transmutação imposta, destaca que

aproveitaram de um projeto de, da reforma agrária feita pelo governo lá um projeto de expansão das fronteiras agrícolas, eles criaram um assentamento que é o assentamento PA Rio Preto, o projeto de assentamento Rio Preto que era muito grande era uma área enorme e aí eles assentaram ou

reassentaram boa parte destas famílias lá, só que as famílias que morava na barranca do rio... do rio Jamari, elas produzia, elas tinha como escoar a produção pelo rio e é tinha água tinha em fim várias alternativas pra eles além que eles tinham referência que era o rio para pescar , eles foram colocados em uma assentamento de terra firme onde não tinha água, onde não tinha condição de produtividade não era desmatado nem nada e era só mata fechada e tinha os piquetes, aqui é sua terra e aqui você vai ficar aqui, e aí ouve uma desistência enorme no início [...] foram assentada 230 famílias, na época foram reassentadas. hoje a gente tem aproximadamente 30 famílias [...] que foram assentadas as demais abandonaram os lotes, venderam, morreram, em fim tem todos os problemas. (ENTREVISTADO 3, 2017).

Diante das entrevistas constam que houveram várias promessas feitas pela empresa em relação ao comprometimento com os direitos do atingidos, alegavam a garantia de que as comunidades teriam suas estruturas montadas, além da indenização, construiriam igreja, escola e outras estruturas. Mas a empresa não garantiu o necessário para as famílias havendo muitas violações de direitos.

Mas as famílias que foram atingidas, aí que vem o grande problema da Samuel, que desrespeita a violação da lei do direitos humano, e as família foram atingidas na sua maioria, eram pessoas que não tinha estudo e nem instrução aí a empresa se utilizou de advogado dela e de todo aparato que ela tinha para enganar o povo, tem exemplo de processo que [...] que hoje a gente tem cópia destes processos das famílias que eram analfabetas, que não sabia se quer assinar o nome e tem lá cheques assinado pela pessoas, liberação de cheques assinado pela pessoa e tem processo que o casal no caso só um tinha CPF e aí tem CPF de um no nome dos dois, então assim tem vários problemas e aí o que eles fizeram(?) eles não indenizado o povo e aproveitando de um projeto da reforma agrária feita pelo governo, um projeto de expansão das fronteira agrícolas. (ENTREVISTADO 3, 2017)

Desde o início tiveram muitas reivindicações por parte dos atingidos e atingidas, buscavam resistir aos chamados progressos de desenvolvimento do Estado, os resultados eram poucos, pois os setores dominantes não abriam mão de obter um projeto tão enriquecedor e os atingidos e atingidas que eram ribeirinhos, comunidades indígenas e extrativistas por mais que fossem muitos, não tinham forças contra o sistema de dominação capitalista, e seus protestos não tinham tanta visibilidade, com tinha a divulgação nacional deste planejamento desenvolvimentista.

Diante dos relatos dos entrevistados percebe-se que a partir do momento em que os atingidos e atingidas fazem protestos contra a barragem tornam-se uma espécie de ameaça para a empresa desta forma usam várias maneiras de controlar a população local, algumas famílias receberam uma pequena quantia em dinheiro e se mudaram para a capital do estado outras foram ameaças de morte, mais a

principal ação da empresa foi dividir a vila em três grupos de moradias com localidade diferente, assim dificultavam que as comunidades se mobilizassem.

A obra da hidroelétrica segue em andamento depois da ditadura militar período este considerado em transição a democracia, onde o indivíduo poderia exercer a liberdade de expressão, eram livres para reivindicar e questionar contra o modelo de administração do governo, em 1988 é formulado pelo Estado a nova constituição onde garantia os direitos e deveres do cidadão.

Diante da constituição aparentava ser algo favorecedor que contemplasse toda a população, no entanto o Estado só agia de acordo com os seus interesses. Inúmeras vezes os atingidos e atingidas pela barragem de Samuel fizeram levantes de lutas em protestos pelos direitos e muitas pessoas que se destacavam como lideranças foram desaparecidas ou ameaçadas de morte, outras sofreram chantagem comprometendo a família e eram obrigados a receber o mínimo de dinheiro que a empresa oferecia e irem para a cidade abandonando a luta.

Projetos que também foram planejados há décadas e que nesses respectivos projetos apresentavam-se como vantajosas não só para as comunidades locais, mas principalmente para o Brasil, mas que na contemporaneidade está se comprovando que o canto da sereia era um verdadeiro engano, ou seja, a forma como se implantou na região foi desastrosa e desumana. (ARAÚJO, 2016, P. 87).

O Brasil dizia estar vivendo um novo período, sem repressão, torturas e com liberdade de expressão, porém, não poderia contrapor ao modelo de “desenvolvimento” do Estado, as leis que garantiam os direitos da classe trabalhadora existiam, só não era exercida quando se fazia necessária, várias pessoas que se rebelaram contra a barragem foram perseguidas e ameaçadas, um deles foi o entrevistado 2.

O pessoal da Eletronorte tinha muita raiva da gente, porque a gente apoiava os atingidos ne... que a gente ia lá ocupava os canteiro de obras, canteiro da barragem, vinha gente aqui pra cidade ocupava aqui, [...] eles pensava que a gente ia [...] e aí fizeram esse Interdito Proibitório pra mim, porque tinha comunidade que a gente ia celebra lá e como a balsa não funcionava... a balsa pequena a que a gente passava nela, aí muitas vezes eles liberavam por cima da barragem, pra passar por lá pra chega até lá, e aí ... como eu tinha esse processo na minhas costa eu não poderia atravessar não. (entrevistado 2, 2017).

O entrevistado 2 destaca que a igreja naquele período tinha um papel muito importante que além da sua função que era rezar e acompanhar os povos distantes se envolviam também nas lutas das comunidades, e ele a partir de 2003 se envolve profundamente na luta dos atingidos, através da igreja foi um dos que contribuía na mobilização das famílias. Devido a todas essas movimentações que impediam o avanço da barragem, foi feito por parte da Eletronorte um interdito proibitório alegando o afastamento do padre dos canteiros de obra, deveria ficar 500 m de distância do espaço em construção.

“[A] igreja foi o ponto de referência das reuniões da organização e aí nós fomos organizando, discutindo... aí também abrimos um canal de discussão com a Eletronorte para discutir os problemas juntamente como o MAB”, entrevistado 2 foi um dos impedidos de organizar e lutar pelos direito dos atingidos. Nos anos de 1980 inicia a luta do Movimento dos Atingidos por Barragem em Rondônia (MABRO) que se organizava na luta local contra as barragem do rio madeira, juntos estavam os indígenas e ribeirinhos, em 2002 começa a organizar o MAB que torna-se um movimento nacional.

[...] o anuncio dos projetos hidroelétricos do Rio Machado desencadeou uma intensa mobilização popular envolvendo povos indígenas, populações rurais as igrejas católica e luterana e setores da população urbana dos municípios que seriam atingidos pelas barragens além de pesquisadores e colaboradores. Em 1991 os ameaçados pela usina de Ji-paraná e os atingidos pela usina de Samuel – em construção, na época – se organizaram em torno do Movimento dos Atingidos por Barragem em Rondônia, MABRO, embrião do MAB-Rondônia, que hoje articula a luta contra os projetos hidroelétricos, principalmente o das usinas do Rio Madeira [...] (NÓBREGA, 2009, p.71).

Foi a partir das lutas que os atingidos lentamente vão conquistando parte de seus direitos, porém, até hoje os ribeirinhos que moravam próximos à cachoeira de Samuel não foram indenizados, Na atual cidade Candeias do Jamari, reside parte das famílias atingidas e vivem até hoje nas piores condições de estruturas básicas de sobrevivência, e devidos ao represamento do rio Jamari em períodos de chuva parte da cidade fica alagada. Inclusive ainda hoje fazem mobilizações trancamentos de rodovias para garantirem energia elétrica em sua comunidade.

A barragem de Samuel não é o único projeto no Estado de Rondônia, são várias as construções de usinas hidroelétricas sendo implantadas, o hidronegocio se expande sobre a região amazônica de maneira incontrolável, pois esta é uma das

maiores fontes de acumulação de capital, e os rios que perpassam Rondônia estão quase todos sendo transmutado seja por grandes ou pequenas construções de hidroelétricas (PCHs).

As lutas dos atingidos por barragem se intensificam cada vez mais, aumentando os conflitos no complexo Madeira, pois fazem o embate contra o hidronegocio, as promessas de energia abundante, e cidades “super desenvolvidas” ficaram no papel, contraditório ao desejo dos povos que vivem do rio, o hidronegocio avança a passos largos, “ o capitalismo olha o rio e vê dinheiro, enquanto que nós ribeirinhos olhamos o rio e vemos ,comida, trabalho,beleza” (Océlio, 2017)³.

São comunidades inteiras que estão sendo destruídas, são povos que estão perdendo suas culturas seus costumes, então eu acho que o mundo tem que abrir o olho pra essa realidade amazônica porque infelizmente nós sozinhos não estamos conseguindo gritar a altura do que precisa ser gritado. (LUCIOMAR, 2015b).

Em nível nacional o MAB tem se organizado e feito lutas contra um dos maiores enfrentamentos ao sistema de dominação, resistir aos implantes do hidronegocio, são inúmeras as comunidades ribeirinhas que se rebelam contra este projeto devastador que não se intimida em destruir vidas, as multinacionais lucram bilhões extraídos dos recursos da Amazônia, terra, minério, florestas e água, todos elementos rentáveis ao desenvolvimento capitalista, para os ribeirinhos estes são elementos que não tem preço e não podem ser considerados mercadorias.

As lutas não são contra a energia elétrica, ao contrario todos deveriam ter acesso a este recurso, porem protestam a forma de utilização e divisão, sabe-se que o processo de geração de energia desenvolvido por hidroelétricas provoca uma devastação exorbitante sem “necessidade”, pois, tem outros meios de produzir sem provocar tantos impactos, porém, as multinacionais quando financiam uma barragem não querem apenas energia subsidiada mais toda uma extração dos recursos naturais e utilização dos rios para escoarem suas produções, e os povos que tanto cuidaram da região Amazônia hoje não podem tem controle de seu próprio território.

O movimento de resistência a esta política do setor elétrico tem hoje um dos seus pilares na luta e organização dos atingidos por barragens. Ao longo de todo o Brasil existem muitos movimentos populares de atingidos por

³ Durante apresentação na Jornada HISTERDBR, em Porto Velho.

barragens que lutam em defesa dos seus direitos e, principalmente, contra esta política de exploração. Já há vários anos estes movimentos vem se organizando, como, por exemplo, os atingidos pela barragens de Itaipu, Itaparica, Tucuruí, Ita, Machadinhos e outros. (PERDIGÃO, BASSEGIO, 1992, p.142).

Outra questão enfatizada pelo MAB e que está em um dos seus lemas é “energia para quê e para quem?”, certamente a energia produzida na Amazônia não é para atender a população regional, e sim as grandes empresas estrangeira. Não há como permitir que um grupo pequeno de estrangeiros viesse desfrutar do espaço que já está demarcado e tem construído suas relações sociais e culturais.

Porque privam o povo de fazer luta de busca o que é seu por direito? São inúmeras as pessoas desaparecidas ou mortas por enfrentamentos ao hidronegocio, em Rondônia recentemente uma militante do MAB, (ribeirinha) foi assassinada, amarrada em uma pedra e jogada viva no Rio Madeira. Não se tem provas concretas mais há indícios de que estes como outros assassinatos são formas de calar o povo. O sistema capitalista não para de provocar crueldades.

Os atingidos por barragens que não são somente os que estão próximos às construções não se cansam nem se calam diante das injustiças, a luta segue firme buscando uma sociedade mais justa e igualitária sem exploração e dominação, que o ser humano possa ser livre para escolher onde e como viver, e que sejam libertos das amarras que o sistema de dominação implantou.

Em luta segue parte dos habitantes de Candeias que antes viviam na vila de Samuel, esta é uma das várias que se transmutaram em decorrência dos avanços do hidronegocio provocou a perda não só do seu espaço de moradia, como também sua identidade e lentamente sua história, e um povo que perde sua história facilmente será dominado.

Sabe-se que enquanto houver este modelo de dominação capitalista haverá dominador e dominado a exploração da natureza e da classe trabalhadora será o principal fator lucrativo e são varias as formas criadas de dominação, o aparelho repressivo e ideológico está a serviço do Estado e o povo certamente se apropriará do que convém a eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre impacto sociocultural e econômico de uma das comunidades ribeirinhas está relacionado à necessidade de poder conhecer e registrar a construção histórica deste povo sabe-se, portanto, que por vezes esteve negada, pois a história sempre é contada a partir “dos de cima”, ou seja, nesse caso, dos invasores, negando o fato de que “os de baixo” tem história. As comunidades ribeirinhas são formadas por uma diversidade étnica e ao longo do tempo criaram sua própria identidade, cultura e modo de viver, porém, o que levou este povo a mover e transformar sua organização social foi o projeto de modernização imposto no período ditatorial que evidentemente causou a ruína de muitos povos.

Outro fator instigador durante a pesquisa esteve em poder ressaltar os motivos por esta transmutação e qual é o papel dos agentes financiadores deste projeto hidroelétrico, agem de acordo com os seus interesses que são a base do sistema capitalista, é necessário nos apropriar de quais são seus interesses e as suas ações para de alguma forma contrapor a esse modelo.

De acordo com os pressupostos apresentados, procura-se questionar o que causou o processo de transmutação social e cultural das comunidades ribeirinhas em Porto Velho Rondônia e quais foram os responsáveis pela transposição desses povos, mediante a forma como esse processo ocorre, tornando as situações dessas comunidades cada vez mais invisibilizadas.

A hidroelétrica de Samuel vem com objetivo de avançar no processo industrial forjado pelo Estado, o recurso utilizado vem do capital estrangeiro dos Estados Unidos que manteve todo o projeto de construção, supostamente com interesses do retorno financeiro. É relevante ressaltar as consequências geradas pela construção da hidroelétrica de Samuel, além do devaste ambiental, provocou a desestruturação e perda cultural e social de comunidades ribeirinha que viviam basicamente da produção gerada sobre as margens do Rio Jamari, assim como propalar quais foram os agentes financiadores e qual o excessivo lucro.

Durante a pesquisa apareceram diversas dificuldades em relação à apropriação de elementos que falassem da construção histórica e do processo de transmutação da vila próxima à barragem, não há registros escritos, o que encontrei

de mais palpável foram fontes orais, algumas pessoas que vivenciaram o período, porém, muitas já se mudaram da região outras morreram, no entanto não pode se esquecer de que a memória é seletiva. os entrevistados que se ocultam para não se esporem, ainda hoje são constantes, porém, invisível o número de pessoas ameaçadas por lutarem contra os projetos devastadores do hidronegócio. Segundo as pesquisas da CPT nos últimos anos Rondônia tornou-se o estado com o maior número de conflitos e assassinatos de camponeses e camponesas, liderando tristemente o ranking nacional em 2015.

Durante o trabalho fica explícito que não houve um aprofundamento em relação ao histórico dos atingidos e atingidas pela barragem de Samuel, devido a dificuldades de fontes, percebe-se a necessidade de dar sequência nesta pesquisa, há muitas perguntas sem respostas, além da necessidade de manter a rigorosidade com as fontes e resgatar a história destes povos, pois o tempo é ardiloso e vai consumindo lentamente as fontes sem nos darmos conta.

Neste sentido vem à necessidade de fazer com que o estado reconheça que este povo tem história e isto ocorrerá consubstanciado com as lutas pelos seus direitos, sabemos, todavia, que isso se dará com muito mais certeza, pela última alternativa, haja vista que conforme nos mostra a história, se um povo não lutar por sua própria memória, a mesma cairá no descaso, pois ao Estado cabe o papel de enterrá-las diminuindo a resistência dos povos, pois um povo sem memória se tornará conseqüentemente em um povo sem futuro.

REFERÊNCIA

ANDRADE, Lucia; SANTOS, Leinad. **As hidroelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão pró-Índio, 1988.

ARAÚJO, Maria Estélio. A Trajetória de Luta e as Experiências Agroecológicas do Assentamento “14 de Agosto” em Ariquemes- RO. (Dissertação mestrado em geografia). 264 fl. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/148003> acesso em: 26 fev. 2017.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Tradução Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOLOGNA, Giofranco, **Amazônia adeus**, Nova fronteira, Rio de Janeiro 1990.
CARLOS, Antônio. **O seringal no município de Lábrea**. Editora SCORTECCI, São Paulo, 2012.

DREIFUSS. René Armand. **A conquista do Estado**. Trad. Laboratório de tradução da Faculdade de Letras da UFMG 1964 Vozes, Petrópolis RJ, 1987.

ELETROBRA/ELETRONORTE. **Memórias da energia elétrica de Rondônia**. Camara brasileira do livro CIP, Rondônia, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**, 5°. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo- Companhia das Letras, 2013.

HRYNZCYSZYN, Jocélia. Aqui toda vida se engalana, Recomeço Curitiba. S.D.
MOVIMENTO DOS ATIGIDOS POR BARRAGENS, (MAB). **Hidroeletricas do rio Madeira: energia par quê e para quem?** Comunicação integrada Ltda. Rondônia, 2007.

MARTELLI, Amália. **Amazônia nova dimensão do Brasil**. Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1969.

NOBREGA, Renata da Silva, org: Alfredo Wagner Berno de Almeida, **Conflitos sociais no complexo Madeira**. UEA edições, Manaus 2009.

OLIVEIRA. Ovídio Amélio. Historia **desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**, 5°. Ed. Rondônia: Dinâmica, 2004)

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressaltos: 80 anos de história** São Paulo, Publifolha, 2002.

SILVA, Antonio Carlos Galvão Da. **O seringal no município de Lábrea**. São Paulo: Scortecci, 2012.

www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/a_Empresa/historia/. ELETROBRAS. **O caminho da excelência e da sustentabilidade**. Acesso em: 05/10/2017 as 14:06h.

<http://philip.inpa.gov.br/>. FEARNSIDE. Philip. **A Hidroelétrica de Samuel: Lições para as políticas de desenvolvimento energético e ambiental na Amazônia**, 2004 Acesso em: 05/10/2017, as 09h23minh.

<http://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/96.pdf>) SILVA, Joiada Moreira. **Desenvolvimento do setor hidroelétrico e as alterações micro-climática na bacia hidrográfica do rio Jamari– Rondônia**. Acesso 22/10/2017 as 12h49minh.

<http://marcascadoprogresso.blogspot.com.br/2008/06/historico-dos-ribeirinhos-em-rondonia-em.html>. GADELHA, **Histórico dos ribeirinhos na Amazônia**, 2008. Acesso em 30/07/2017 as 11h10minh.

. LUCIOMAR. [Entrevista] [2015]. Entrevistadores: Maria Estévia de Araújo e Equipe Bodoque Cine Vídeo. In: VIMEO. Vídeo (Ca. 08h55min min). Disponível em: https://vimeo.com/124478254?utm_source=email&utm_medium=cliptranscode_com

[pletfinished20120100&utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfDJmY2FhNmU3MDZiNjVjMGQ4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D](https://www.ietf.org/ietf/finished/20120100/utm_campaign=7701&email_id=Y2xpcF90cmFuc2NvZGVkfDJmY2FhNmU3MDZiNjVjMGQ4YjA3YzdmODJhYzk5NmJlODR8OTc0NDI2OHwxNDI4NTU3Mjk5fDc3MDE%3D)